

DECRETO Nº 022/2021

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 1072, DE 29 DE MARÇO DE 2021, QUE INSTITUIU O PROGRAMA DE RENDA EMERGENCIAL TEMPORÁRIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CONDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CONDE**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, art. 60, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 0227/2020, de 17 de março de 2020, que decretou a situação de emergência no Município de Conde, para enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 008/2021, de 24 de fevereiro de 2021, que definiu medidas de combate ao COVID-19;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1072, de 29 de março de 2021, que instituiu o Programa de Renda Emergencial Temporária no âmbito do Município de Conde;

CONSIDERANDO que o Executivo é dotado de Poder Regulamentar, sendo atribuição privativa do Chefe do Poder Executivo para, mediante decreto, expedir atos normativos, chamados regulamentos, compatíveis com a lei e visando desenvolvê-la;

DECRETA:

Art. 1º. O auxílio financeiro instituído pela Lei Municipal nº 1072, de 29 de março de 2021, será destinado as pessoas que atendam as seguintes condições:

- I – Inscritas no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico);
- II – Sejam de famílias de baixa renda, consideradas como sendo aquelas com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo;
- III – Residentes no Município de Conde;

IV – Comerciantes ambulantes do comércio informal que explorem as atividades na faixa de areia e foram afetados diretamente pelos decretos municipais de combate à COVID;

V – Estejam cadastrados junto à Secretaria de Ação Social e Turismo em momento anterior à Lei Municipal nº 1072, de 29 de março de 2021.

Art. 2º. O valor do auxílio financeiro será de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e será pago em duas parcelas mensais e consecutivas, totalizando R\$ 300,00 (trezentos reais), que serão pagos mediante transferência bancária para conta de titularidade do beneficiário, nos meses de abril e maio de 2021.

Parágrafo único. Os beneficiários deverão informar seus dados bancários para a finalidade de ser efetuado o pagamento do benefício.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Conde, 13 de abril de 2021.

KARLA MARIA MARTINS PIMENTEL RÉGIS
Prefeita de Conde